

O PSD como partido dominante em Portugal**

Este artigo faz parte de um estudo mais extenso realizado em volta do surgimento e consolidação do PSD num Portugal pós-autoritário. Nele analiso a fase final da luta desta formação para se tornar o partido político dominante. Nas suas alianças com o CDS e o PS, o PSD não teve apenas de se haver com as exigências da governação. A dissensão interna entre os seus militantes — mais pronunciada ao nível da elite — intensificava-se cada vez mais. A ascensão de Aníbal Cavaco Silva à liderança do PSD em Maio de 1985 incutiu novas esperanças num partido e num país desiludidos: ele seria o homem capaz de trazer a estabilidade e a modernização a um Portugal democrático.

A primeira parte deste artigo examina as relações do PSD com outros partidos e protagonistas políticos depois de o presidente Eanes decidir convocar eleições antecipadas para Outubro de 1985. A segunda parte analisa o PSD como actor político dominante no seu governo minoritário, com Cavaco Silva como primeiro-ministro. A terceira parte debruça-se sobre a forma como o PSD ganhou uma base de apoio maioritária na sua espantosa vitória eleitoral de 1987. Pela primeira vez desde a revolução de Abril um partido político mostrava-se capaz de formar um governo maioritário e de levar a bom termo o seu mandato de quatro anos. A parte final é uma análise geral de como os governos maioritários do PSD (de 1987 a 1995) contribuíram para a consolidação da democracia em Portugal.

I. AS ELEIÇÕES ANTECIPADAS DE 1985

O futuro do governo PS/PSD ficou traçado quando os ministros do PSD retiraram formalmente o seu apoio ao bloco central. Isto deu-se imediatamente depois de Portugal ter assinado o Tratado de Adesão à Comunidade

* Directora residente do George Washington University Study Center em Madrid e professora de Relações Internacionais.

** Traduzido da língua inglesa por Ana Barradas.

Europeia, em 12 de Junho de 1985. Os sociais-democratas exigiram que o presidente Eanes convocasse eleições antecipadas, como única solução democrática para a crise¹. Muitos dirigentes políticos contestaram a forma como Eanes tencionava resolver a crise governamental. Como presidente, tinha o direito de dissolver a Assembleia e convocar eleições (artigo 136.º). Depois de ouvir o órgão consultivo presidencial, o Conselho de Estado, Eanes decidiu, finalmente, convocar eleições antecipadas para Outubro de 1985².

A decisão do presidente de dissolver a Assembleia foi motivada por dois objectivos interrelacionados. Primeiro, viu nisto a oportunidade perfeita para infligir uma embaraçosa derrota eleitoral aos socialistas e ao seu grande inimigo Soares. Em segundo lugar, apercebeu-se de que as condições estavam maduras para o seu novo partido, o Partido Renovador Democrático (PRD), obter um bom resultado eleitoral. Eanes sabia que o PRD averbaria avanços significativos se influenciasse pela esquerda o eleitorado socialista descontente. O PRD era um partido «formado por todos os homens bons das aldeias e vilas do país que aspiravam a entrar na política pela porta da moral e dos bons princípios»³. Embora lhe faltasse uma base ideológica claramente definida, capaz de atrair apoiantes, o partido herdara, indubitavelmente, a nebulosa linha mental e política personificada pelo «eanismo». Era um partido contra os «políticos», organizado para derrotar o inimigo, Mário Soares e os socialistas.

DINÂMICA INTERNA DO PARTIDO: ESTRATÉGIAS DE ALIANÇA DO PSD

Ao preparar-se para as eleições iminentes, o PSD necessitava de definir uma estratégia eleitoral. Embora tivesse favorecido a dissolução da Assembleia, faltava-lhe uma estratégia claramente definida em matéria de alianças com outros partidos. Os líderes do PSD estabeleceram contactos com o CDS em 15 de Julho de 1985. A partir daí, a Comissão Política Nacional do PSD concordou em negociar a apresentação de listas conjuntas com o seu «aliado natural», o CDS⁴. A direcção do CDS viu na aliança com

¹ O PSD declarou publicamente a sua preferência por eleições antecipadas na entrevista de Cavaco Silva à Rádio Renascença de 9 de Junho de 1985, no programa *Cartas na Mesa*, transcrição na p. 20. V. também o «comunicado» da Comissão Política Nacional de 19 de Junho de 1985.

² V. as reacções de Eanes em *A Tarde* de 3 de Julho de 1985.

³ «Dez anos e quatro homens», de Miguel Sousa Tavares, in *Grande Reportagem* (Dezembro de 1989/Março de 1990), 9.

⁴ Comunicado da reunião da Comissão Política Nacional de 17 de Julho de 1985, Serviços de Documentação do PSD, e também *Expresso* de 13 de Julho de 1985.

o PSD um meio para obter um equilíbrio entre os dois partidos. Com o PSD a reemergir em força, o CDS manobrou de forma a garantir para si uma posição no jogo político que se desenhava.

Surgiram divergências evidentes entre os dois partidos a respeito das condições de uma aliança pré-eleitoral. A cooperação entre eles gorou-se porque o PSD não quis aceitar as exigências do CDS⁵. Na verdade, as elites do PSD tinham determinado, mesmo antes de contactarem o CDS, que o objectivo do PSD a longo prazo era ser a força dominante, e isso significava que não fariam promessas de aliança. Não queriam comprometer esta posição dominante associando as eleições legislativa e presidencial a um acordo com o CDS⁶.

Durante a reunião do Conselho Nacional de 27-28 de Julho, os seus membros aprovaram a moção que nomeava Cavaco Silva como candidato do partido a primeiro-ministro. O facto de o Conselho aprovar a decisão do líder de não aceitar listas conjuntas com o CDS indicava que Cavaco Silva conseguira, pelo menos a curto prazo, dominar o partido⁷. Tudo dependia dos resultados eleitorais. Uma vitória teria garantido a Cavaco a liderança incontestada. No entanto, se o PSD fosse forçado a passar à oposição, Cavaco Silva teria de enfrentar sérios desafios da parte dos que desde o início se lhe opunham. Depois de gozar dos benefícios do poder durante mais de seis anos, havia muita gente no partido — especialmente a nível local — pouco disposta a abdicar deles. Daí a declaração de Cavaco Silva de que o PSD não excluía a possibilidade de um acordo de governo com o CDS, dependendo dos resultados eleitorais.

SISTEMA POLÍTICO E SISTEMA PARTIDÁRIO: A CAMPANHA ELEITORAL

A estratégia do PSD de pôr toda a força na campanha eleitoral foi dirigida especificamente contra os socialistas. Para dar mais energia à nova imagem do PSD, Cavaco Silva invocou o legado de Sá Carneiro, apresentou novos rostos a sufrágio e deu realce ao programa de mudança económica do PSD. Sobretudo, o partido afirmou-se no seu papel como «oposição recente» ao governo socialista. No fim de contas, só o PSD tivera capacidade política para desafiar a ineficácia dos socialistas e pôr termo ao seu governo corrup-

⁵ *O Jornal* de 26 de Julho de 1985.

⁶ Conclusões da reunião da Comissão Política Nacional de 25 de Julho de 1985, aprovadas pelo Conselho Nacional em 27-28 de Julho de 1985, Serviços de Documentação do PSD; também *Expresso* de 27 de Julho de 1985.

⁷ Conclusões da reunião da Comissão Política Nacional de 27-28 de Julho de 1985; também telegrama não classificado do Departamento de Estado, proveniente da Embaixada americana em Lisboa, de Julho de 1985, AN D850544-0090. As listas representavam um aumento de votos na ordem dos 40% em relação a 1983.

to. Vários dirigentes denunciaram o facto de o «conservadorismo socialista» ter bloqueado repetidas vezes os planos do PSD para rectificar a situação económica nacional, que se agravava. O PSD censurava o PS por renegar as promessas que levaram à ruptura da coligação.

Com o país à beira do desastre político e económico, o PSD surgiu como o salvador da democracia portuguesa. O partido aplicou as suas energias na campanha a vender a imagem de Cavaco Silva, um chefe de família com quem todos os portugueses podiam identificar-se. O novo dirigente tivera coragem para romper com os socialistas e representava uma fonte de novas ideias.

O PSD começou imediatamente a distinguir-se dos restantes partidos políticos em competição. Durante uma conferência de imprensa do partido, Cavaco Silva prometeu modernizar Portugal «segundo linhas sociais-democratas», diferentes quer do «conservadorismo burocrático» do PS, quer do «liberalismo clássico» do CDS⁸. O líder do PSD fez notar que o seu partido governaria sozinho ou em coligação com o CDS, se obtivesse uma maioria relativa; se não, passaria à oposição. Embora Cavaco Silva não reconhecesse um grande significado político ao PRD, admitia que a forma como se saísse das eleições poderia alterar radicalmente o espectro político no Portugal de então. Cavaco e Eanes encontraram-se várias vezes no decorrer da campanha, mas não surgiu nenhum acordo formal em que o PRD se comprometesse a apoiar um governo minoritário do PSD.

Com respeito à dinâmica interna do seu partido, Cavaco Silva recorreu ao pretexto de se concentrar nas eleições legislativas para adiar decisões sobre coligações pós-eleitorais e sobre o candidato presidencial do partido. O líder do PSD esperava que uma vitória eleitoral aumentasse substancialmente o seu poder sobre as estruturas partidárias e recusou-se a comprometer a sua posição antes de isso ser necessário.

SISTEMA POLÍTICO INTERNO: OS RESULTADOS ELEITORAIS

Os resultados das eleições de 1985 deram ao PSD a sua melhor *performance* desde a fundação do partido, em 1974⁹. Recebeu uma pluralidade de votos (quase 30%) e foi o único partido concorrente a melhorar a sua votação relativamente aos anteriores resultados de 1983. Os partidos mais pequenos à esquerda e à direita, a APU e o CDS, perderam cada um deles aproximadamente 2,5% do eleitorado. O quadro n.º 1 compara os resultados eleitorais das eleições de 5 de Outubro de 1985 com os de 1983.

⁸ V. a transcrição da conferência nos Serviços de Documentação do PSD, assim como a cobertura por parte da imprensa diária; também os comentários de um telegrama não classificado do Departamento de Estado, proveniente da Embaixada americana em Lisboa, de Agosto de 1985, AN D850552-0802.

⁹ Isabel André e Jorge Gaspar, «Geografia eleitoral: 1976 e 1985», in *Revista de Estudos Políticos*, 60-61 (Abril-Setembro de 1988), 253-273.

Eleições legislativas de 1985

[QUADRO N.º 1]

Partido/coligação	Percentagem de votos em 1983	Lugares	Percentagem de votos em 1985	Lugares
APU	18,07	44	15,49	38
CDS	12,56	30	9,96	22
PPD/PSD	27,24	75	29,87	88
PS	36,12	101	20,77	57
PRD	—	—	17,92	45
Outros	3,44	—	3,49	—

Embora muitos analistas previssem uma inevitável redução da base de apoio do PS a nível nacional, ninguém esperava de facto um declínio tão drástico de quase 16%. A transferência das preferências de voto revelou-se nos resultados surpreendentes do PRD. Na sua primeira disputa eleitoral, este novo partido político conseguiu recolher quase 18% dos votos, sobretudo à custa dos socialistas¹⁰. A incapacidade de fazer idêntica incursão na votação do PSD pôs em causa a sua posição como partido do centro. No entanto, o apoio obtido pelo PRD revelar-se-ia fundamental para a estabilidade de um governo minoritário ou para a possível formação de um governo de maioria. Visto que não captou eleitorado à direita, o partido optou por assumir a sua posição como líder da esquerda. Especificamente, isto significava destruir o Partido Socialista e derrotar o candidato presidencial Soares. O mais preocupante para o futuro da democracia portuguesa foi o aumento significativo da abstenção eleitoral, que chegou a quase 26% em 1985, quando em 1975 fora de apenas 8%.

II. O GOVERNO MINORITÁRIO DO PSD

NÍVEL INTERNO: O 10.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

O PSD exprimiui imediatamente o seu desejo de formar governo depois de informado dos resultados eleitorais¹¹. Após uma série de consultas aos

¹⁰ Mário Bacalhau, «Mobilidade e transferência de voto através das sondagens», in *Portugal: Sistema Político e Constitucional*, ed. Mário Baptista Coelho (Lisboa, ICS, 1989), 237-256.

¹¹ Conferência de imprensa do PSD de 7 de Outubro de 1985, assim como a reunião entre Eanes e Cavaco em 8 de Outubro de 1975, em que este declarou que o PSD formaria governo no fim do mês; v. o comunicado da Comissão Permanente do PSD de 10 de Outubro de 1985, que formalizou a disponibilidade do partido para formar governo, nos Serviços de Documentação do PSD.

líderes partidários, Eanes nomeou formalmente Cavaco Silva primeiro-ministro e pediu-lhe que formasse um novo governo¹². Faltando-lhe poucos meses para terminar o mandato presidencial, Eanes exerceu os poderes que a Constituição lhe conferia para apoiar um governo minoritário. O PRD (com Eanes por trás) tornou-se a solução a curto prazo para reformar o poder governamental do PSD¹³.

Como governo minoritário, o PSD compreendeu que necessitava do apoio de outros partidos na Assembleia para aplicar o seu programa de reestruturação económica em certos sectores. A relação harmoniosa entre Eanes e Cavaco diminuiu a fricção habitual entre presidente e primeiro-ministro durante um breve período antes das eleições presidenciais de Janeiro de 1986. O parlamento tornara-se claramente o centro da cena política portuguesa. Cavaco Silva socorreu-se do apoio, quer do PRD, quer do CDS, na Assembleia para fazer aprovar legislação controversa sobre a reestruturação económica. No entanto, o novo primeiro-ministro não podia aproximar-se demasiado do PRD, visto que certas elites e bases do partido se opunham ao estabelecimento de quaisquer contactos com um partido dominado pelo odiado Eanes.

DINÂMICA PARTIDÁRIA INTERNA: O CANDIDATO PRESIDENCIAL DO PSD

As deliberações do PSD a respeito da escolha de um candidato presidencial haviam sido temporariamente resolvidas no Congresso Nacional da Figueira da Foz e em seguida convenientemente adiadas na agenda política até depois das eleições legislativas. Cavaco Silva saiu do Congresso como líder de uma alternativa política ao bloco central: negociar com Freitas do Amaral como candidato do PSD e transformar o PSD no partido dominante em Portugal. A possibilidade de entrar em conversações com Freitas mantinha-se em harmonia com a resolução do Congresso segundo a qual o candidato «deveria apoiar um projecto de mudança e não ser membro de nenhum partido político¹⁴». Anteriormente, Mário Soares sugerira que o próprio Cavaco Silva se apresentasse como candidato do PSD. Contudo, as elites deste partido rejeitaram rapidamente tal proposta. Não queriam pôr em risco a imagem do PSD como o partido mais forte da Assembleia, especialmente sem garantias de Cavaco Silva passar à segunda volta nas eleições presidenciais.

¹² *O Dia* de 22 de Novembro de 1985 e *Diário de Notícias* de 16 de Novembro de 1985.

¹³ *Semanário* de 12 de Outubro de 1985.

¹⁴ V. as resoluções do Congresso Nacional do PSD nos Serviços de Documentação do PSD e no *Expresso* de 19 de Outubro de 1985.

As cartas trocadas entre Cavaco e Freitas centravam-se nas condições do PSD para apoiar a candidatura presidencial do ex-dirigente centrista¹⁵. Assim que Diogo Freitas do Amaral respondeu favoravelmente às condições do PSD¹⁶, os dirigentes do partido aprovaram a recomendação da comissão executiva para o PSD apoiar a sua candidatura¹⁷. O partido queria utilizar a eleição de Freitas para conseguir uma maioria parlamentar. Cavaco Silva partiu do princípio de que o apoio do PSD a Freitas ajudaria a eliminar o CDS como o principal concorrente do PSD nas regiões nortenha e interior do país. O dirigente do PSD também queria limitar os poderes presidenciais de Freitas, privando-o de qualquer base de apoio que não fosse a do PSD.

POLÍTICA INTERNA: AS ELEIÇÕES LOCAIS DE DEZEMBRO DE 1985

Os problemas entre os socialistas e os sociais-democratas a nível político nacional não afectaram o seu acordo anterior de apresentarem listas conjuntas para as eleições locais em certas zonas¹⁸. O PSD concorreu em listas conjuntas, quer com o CDS, quer com o PS, nas eleições de Dezembro de 1985. O objectivo comum partilhado pelos três partidos era colaborar em listas nas áreas tradicionalmente dominadas pelos comunistas (APU). Mais de dez anos após a revolução, os partidos democráticos apostaram em destruir a presença dos comunistas a todos os níveis da governação em Portugal. O quadro n.º 2 mostra os resultados das eleições locais de 1985.

Eleições locais de 1985
Número de presidências municipais

[QUADRO N.º 2]

Partido	1982	1985
PSD	125	153
PS	83	72
CDS	41	29
PCP	55	48
PRD	—	3

¹⁵ *Diário de Notícias* de 21 de Outubro de 1985, *Semanário* de 26 de Outubro de 1985 e *Expresso* de 26 de Outubro de 1985.

¹⁶ V. a carta de Freitas de 19 de Outubro de 1985 nos Serviços de Documentação do PSD.

¹⁷ Conclusões da reunião do Conselho Nacional de 19-20 de Outubro de 1985.

¹⁸ V. o acordo entre o PS e o PSD, assinado em 14 de Agosto de 1985, nos Serviços de Documentação do PSD.

Os resultados do PSD nas eleições locais de 1985 assinalaram outra vitória para Cavaco Silva. O PSD obteve um total de 28 presidências municipais; todos os outros partidos, com a exceção óbvia do PRD, sofreram algumas perdas a nível local. No Norte, o PSD ganhou à custa do CDS. Nas zonas industrializadas e urbanas, o partido bateu o PS. Especificamente, o PSD obteve vitórias em Elvas, Ourique, Fronteira, Coimbra, Porto, Faro, Vila Nova de Gaia, Peniche e Covilhã. Contudo, os avanços mais importantes foram na região do Alentejo, dominada pelo PCP, em que as coligações PSD-PS, finalmente, derrotaram a APU em Setúbal e no Montijo¹⁹.

A PRIMEIRA VOLTA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Depois de conseguir vitórias eleitorais a nível legislativo e local, o PSD dirigiu a sua atenção para as eleições presidenciais que se avizinhavam. A cena política e económica em termos nacionais nunca se lhe afigurara tão boa. Portugal acabava de entrar na Comunidade Europeia e Cavaco governava sem obstáculos de maior. As eleições presidenciais representavam a tentativa do PSD de obter, finalmente, uma coerência entre a maioria presidencial, parlamentar e executiva em Portugal.

Se fosse eleito, Freitas tornar-se-ia o líder de um novo bloco político em Portugal, baseado no ressurgimento da ideia da estratégia de bipolarização de Sá Carneiro. Pela primeira vez na história do Portugal pós-autoritário, o Presidente e o primeiro-ministro vinham do mesmo lado — e até da direita. Cavaco partiu do princípio de que as habituais tensões e frustrações que caracterizavam as relações entre estes dois órgãos soberanos se desvaneceriam por fim. Também sabia que Freitas promulgaria uma revisão constitucional para liberalizar as regras económicas, que em 1982 tinham ficado intocadas. Como Sá Carneiro antes dele, Cavaco Silva pensava necessitar de um parceiro ideológico que ocupasse as funções presidenciais para rectificar os excessos socialistas da revolução de 1974. O líder do PSD também queria usar as suas relações harmoniosas com o Presidente para fazer do PSD o partido maioritário em Portugal.

A primeira volta das eleições realizou-se em 26 de Janeiro de 1986. Quatro candidatos concorriam ao sufrágio. Um representava a «direita», Diogo Freitas do Amaral (PSD/CDS). Três candidatos competiam pelo voto da esquerda: Maria de Lourdes Pintasilgo (Indep.), Salgado Zenha (PRD/PCP) e Mário Soares (PS). O PRD e o PCP lançaram Zenha para dividirem ainda mais o voto da esquerda na primeira volta. Zenha fora o líder da facção

dos «históricos» derrotada no PS e procurava vingar-se de Soares. O PRD e o PCP queriam servir-se de Zenha para impedirem a passagem de Soares à segunda volta e eliminarem a influência política dos socialistas. Os resultados foram os seguintes: Pintasilgo, 20,7%; Zenha, 7,3%; Soares, 25,1%; Freitas, 45,8%²⁰.

Sem nenhum candidato a garantir uma maioria, os que tinham obtido mais votos, Freitas e Soares, disputariam a segunda volta das eleições. Freitas conseguira garantir mais 6% de votos do que o apoio eleitoral combinado do PSD e do CDS em 1985 (39,8%). Satisfeito com os resultados de Freitas, o PSD exprimiu-lhe novamente o seu apoio para a segunda volta das eleições, marcada para 16 de Fevereiro de 1986²¹.

A SEGUNDA VOLTA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Normalmente, há apenas um período de duas semanas entre a primeira e a segunda volta das eleições presidenciais. No entanto, em 1986 a campanha coincidia com as festas do Carnaval e a segunda volta realizou-se três semanas depois da primeira eleição.

Esta semana a mais representou um valioso tempo de campanha para Soares. A sua estratégia para a segunda volta concentrou-se em apelar ao «voto da esquerda». O candidato presidencial apercebeu-se de que a política portuguesa continuava a ser informada pelo «mito da revolução». Este mito fazia crer que a esquerda continuava a dominar a política portuguesa e que era necessário que alguém protegesse a frágil democracia nacional dos comunistas e dos reaccionários da direita. Soares acabava por ser a única pessoa capaz de preencher tais requisitos. Freitas era um «homem de direita» e, ao contrário do seu rival socialista, não poderia constituir o mesmo travão contra a influência dos comunistas e das forças reaccionárias. Soares percebeu-o e tirou disso proveito político.

Os resultados da segunda volta das eleições presidenciais provaram a justeza dessa estratégia. O ex-líder do Partido Socialista recebeu 50,8% dos votos e Freitas recolheu 48,3%, perdendo por apenas cerca de 151 000 votos. Soares conseguiu o apoio do PCP, PS, parte do PRD e do centro/direita do PSD. Freitas recebeu votos de parte do PRD, da direita do PSD e do CDS. O candidato derrotado exerceu uma atracção insuficiente junto dos eleitores

²⁰ Estatísticas do *Atlas Eleitoral*, Lisboa, Editorial Social-Democracia e Progresso, 1987, 45.

²¹ Comunicado da Comissão Política Nacional de 30 de Janeiro de 1986, exprimindo a continuação do apoio do partido a Freitas na segunda volta das eleições (Serviços de Documentação do PSD).

do centro/centro-esquerda e nem chegou sequer a recolher votos de todas as facções do PSD.

Embora a vida política do PRD fosse curta na altura das eleições presidenciais, a eleição de Soares como presidente assestou um golpe debilitante nesse partido. Em primeiro lugar, a razão de ser fundamental da formação de Eanes — conseguir a derrota de Soares — saíra prejudicada. A estratégia do ex-presidente de fazer Zenha concorrer com o apoio do PRD e do PCP para evitar a passagem de Soares à segunda volta não dera resultado. A renovação que se verificava dentro do PS também contribuiu para reduzir a capacidade de manobra do PRD na cena política. As aspirações de Eanes a transformar o PRD no partido-charneira português, ou no «líder da esquerda», teriam curta existência. Soares também pôs um interesse pessoal em derrotar Eanes e o PRD na primeira oportunidade possível. A débil direcção do partido, as suas posições ambíguas e a irresponsabilidade política reduziram ainda mais o significado político do PRD.

REACÇÕES DO PSD AOS RESULTADOS ELEITORAIS

Não há dúvida de que a candidatura falhada de Freitas à presidência representou uma derrota pessoal em termos das suas aspirações políticas. O apoio do PSD a Freitas partia do pressuposto de que a posição minoritária do partido no governo era insuficiente para levar a cabo a modernização do país. Os dirigentes partidários sentiam que necessitavam de um aliado na pessoa do Presidente que não interferisse nos assuntos do parlamento, mas que apoiasse o programa do governo. Esta era uma conclusão compreensível, dada a tumultuosa experiência de Portugal nas relações entre o Presidente e o primeiro-ministro desde 1974.

Alguns dirigentes do PSD consideraram inicialmente que os resultados eleitorais eram um revés para a liderança de Cavaco. Outros apresentaram-nos como uma vitória do partido: pela primeira vez desde 1975, o PSD podia gabar-se de ter obtido os melhores resultados de uma candidatura da direita²². De facto, a derrota de Freitas por uma margem tão reduzida deu a muitos membros do partido a impressão de que, possivelmente, o PSD, concorrendo em listas conjuntas com o CDS nas próximas eleições legislativas, poderia facilmente obter uma maioria clara.

No entanto, a vitória de Soares colocava poucos obstáculos ao governo minoritário do PSD. A direcção compreendeu que Mário Soares como

²² Comunicado emitido pela Comissão Política Nacional do PSD em 21 de Fevereiro de 1986; também os comentários do «comunicado final» da reunião do Conselho Nacional do PSD de 15-16 de Março de 1986, especialmente a intervenção de Cavaco Silva (Serviços de Documentação do PSD).

presidente não seria impedimento para o partido se tornar o factor político dominante em Portugal. Cavaco Silva sabia que Soares queria ser um presidente modelo e procurou de imediato uma coabitação pacífica. Soares não tinha intenções de estabelecer más relações com o governo. Estava mais interessado em distanciar-se da nova direcção do PS (com Vítor Constâncio à cabeça) e fazer os possíveis para destruir Eanes e o PRD. O governo minoritário do PSD estava disposto a chegar ao fim do mandato; na altura não queria a dissolução prematura (e inoportuna) da Assembleia. Cavaco Silva apresentava-se a si próprio e ao seu partido como os parceiros governativos viáveis do novo presidente.

O líder do PSD via a harmonia de relações entre o governo e Soares como uma forma de garantir a maioria nas eleições seguintes. As elites partidárias concluíram que, com Soares como presidente, continuavam abertas para o PSD as portas para os votos do centro. Se Freitas tivesse sido eleito, Cavaco Silva teria tido dificuldade em atrair o apoio necessário do centro/centro-esquerda para obter uma maioria. No entanto, Soares servia como válvula de segurança para alertar para quaisquer sinais de que a política portuguesa se deslocava excessivamente para a direita. Além disso, a posição cada vez mais hegemónica do PSD no sistema partidário limitava ainda mais o significado do CDS. Cavaco Silva conseguiu apresentar o PSD como o único partido capaz de representar os interesses da direita democrática.

POLÍTICA INTERNA: O PSD NO GOVERNO

Se a posição dominante do PSD na Assembleia permitia ao partido formar um governo minoritário, não era, contudo, suficiente para garantir a aprovação pela Assembleia de legislação importante. O partido tinha só 88 deputados num órgão com 250 lugares. Certas elites do PSD aperceberam-se de que seriam necessárias alianças pontuais com o CDS ou o PRD para garantir a aprovação de legislação importante. O governo tendia a confiar mais no CDS à medida que as pressões dentro da Assembleia se reforçavam e os dois partidos acabaram por concordar em «reforçar a sua cooperação».²³

A posição minoritária do PSD apresentava também alguns benefícios. O governo podia criticar a oposição por criar bloqueamentos contra a aplicação de um programa de reformas económicas. Visto que o governo do PSD não tinha base maioritária, o partido não tinha de assumir a exclusiva responsabilidade pelo sucesso ou insucesso da sua política. Cavaco Silva e o seu executivo alegavam que os socialistas e os comunistas se coligavam para prejudicarem o governo. Quando o PS e o PCP se aliaram para rejeitarem o orçamento do governo em 3 de Janeiro de 1986, o PSD acusou-os de ten-

²³ Acordo entre o PSD e o CDS assinado em 23 de Abril de 1986 (Serviços de Documentação do PSD).

tarem «neutralizar as acções do governo de uma forma perversa e inaceitável na Assembleia²⁴.» Cavaco Silva e Soares queriam evitar, a todo o custo, uma aliança PS-PCP-PRD em São Bento. O primeiro-ministro não queria pôr em risco a sua posição e o Presidente queria privar Eanes da possibilidade de partilhar o poder. Este interesse comum era o ponto de união da agenda política a curto prazo de Cavaco e Soares²⁵.

O acalorado debate parlamentar sobre o plano fiscal do governo para 1986 forçou o primeiro-ministro, apesar de relutante, a aceitar as revisões orçamentais da oposição. Cavaco Silva era tão contrário a essas alterações que a imprensa diária descreveu essa pouca disponibilidade para fazer concessões dizendo que era como se ele estivesse a «engolir sapos vivos»²⁶. Em 4 de Abril de 1986 a versão revista do Orçamento de Estado para 1986 foi aprovada na Assembleia.

As relações problemáticas com a oposição levaram Cavaco Silva a admitir possíveis atrasos na aplicação das necessárias reformas estruturais da economia — como o controle da subida de preços e a liberalização do investimento provado. Censurou a oposição por impor alterações gravosas ao Orçamento de Estado, o que prejudicava o programa do governo do PSD. Logo de início o primeiro-ministro procurou inculcar na consciência dos Portugueses que as limitações dos governos minoritários se deviam à oposição. Cavaco apostou em convencer o eleitorado de que para governar bem precisava de uma maioria nas eleições seguintes. Entretanto, concentrou-se em consolidar a sua liderança no PSD.

DINÂMICA INTERNA DO PARTIDO: O CONGRESSO NACIONAL DO PSD

O primeiro-ministro e líder do PSD quis fortalecer a sua posição dentro do partido durante o seu 13.º Congresso, realizado em Lisboa de 30 de Maio a 1 de Junho de 1986²⁷. Desde a vitória eleitoral, no ano anterior, Cavaco Silva fizera progressos significativos na consolidação do seu domínio sobre o PSD. A dinâmica interna fora relativamente estável, se comparada com os acontecimentos tumultuosos do ano anterior àquele em que se tornara líder do partido. Ainda persistiam certos problemas internos. Alguns membros

²⁴ Texto da conferência de imprensa da Comissão Permanente do PSD de 26 de Fevereiro de 1986 (Serviços de Documentação do PSD).

²⁵ Conclusões da reunião do Conselho Nacional de 10 de Março de 1986 (Serviços de Documentação do PSD). O Grupo Parlamentar do PSD também assinalou essa possibilidade numa conferência de imprensa em 27 de Março de 1986.

²⁶ *O Jornal* de 11 de Abril de 1986 e *Expresso* de 5 de Abril de 1986.

²⁷ V. o regulamento do Congresso e as moções apresentadas no *Povo Livre!* de 7 de Maio de 1986.

indignavam-se com as expulsões de militantes que tinham apoiado Soares abertamente durante a eleição presidencial²⁸. Contudo, embora em certos militantes existisse um ressentimento tácito em relação ao controle firme de Cavaco sobre o partido, durante o Congresso não surgiu qualquer oposição organizada ao líder.

Foram apresentadas ao Congresso várias moções definindo a estratégia do partido para os meses seguintes²⁹. Essas diversas perspectivas indicavam que ainda existiam divergências entre os dirigentes do PSD quanto ao futuro rumo político do partido. A maior parte das moções propostas apoiavam as ideias fundamentais apresentadas na moção de Cavaco Silva, «Um projecto de estabilidade e progresso para Portugal». O líder apelava ao partido para «não excluir o desenvolvimento de um diálogo profundo e um relacionamento mais directo com outras forças políticas democráticas». Esta política vaga destinava-se a manter abertas todas as possibilidades de formação de um governo maioritário no futuro — com o PS, o PRD ou o CDS.

O futuro do governo minoritário do PSD também dividiu as elites no Congresso. Alguns membros do partido acolhiam de bom grado a primeira oportunidade para a realização de eleições antecipadas como forma de garantirem a maioria. Mas Cavaco Silva não podia dar a aparência de constituir uma ameaça à própria estabilidade política do seu governo. Tinha de adiar as eleições o mais que pudesse, e o PSD decidiu não forçar esta questão. Os dirigentes partidários sabiam que o eleitorado queria estabilidade e que penalizaria o partido responsável pela marcação de eleições antecipadas³⁰. Além disso, o que era mais importante, as coisas corriam bem para o governo, politicamente, apesar de alguns desaires na Assembleia. A agitação interna que assolava o PRD e as excelentes relações com o presidente Soares reforçavam ainda mais a atitude de contenção do PSD.

Foi neste contexto que Cavaco Silva apresentou a sua moção ao Congresso, preconizando que «o governo devia completar o seu mandato». O primeiro-ministro queria dissuadir a oposição de esquerda na Assembleia de provocar a queda prematura do seu governo. Declarou que «o PSD afirma agora que não partilha parâ noutra experiência governamental na vigência do actual

²⁸ Entre eles Rui Oliveira e Costa, José Veludo e António Castro. Helena Roseta demitiu-se do partido para apoiar Soares. O Conselho Jurídico Nacional do PSD concluiu, em 31 de Janeiro de 1986, que «todos os militantes deveriam aceitar a decisão do Conselho Nacional a respeito das eleições presidenciais». Isto correspondia ao apoio público e incondicional a Freitas, e não a Soares (Serviços de Documentação do PSD).

²⁹ V. «XIII Congresso Nacional, cumprir um projecto, textos comparativos das moções», publicado pelo PSD e consultado nos Serviços de Documentação do PSD.

³⁰ Uma sondagem do *Expresso* revelou que 77% dos inquiridos não queriam eleições antecipadas.

parlamento com qualquer força política que, directa ou indirectamente, provoque a queda do governo». Na eventualidade de a oposição causar a demissão do governo, o PSD resolvia que «se deviam realizar eleições antecipadas para determinar a verdadeira vontade do eleitorado». O partido queria servir-se das eleições antecipadas para afirmar a sua posição de partido com «votação maioritária».

Os delegados ao Congresso Nacional do PSD confirmaram a incontestável posição de liderança de Cavaco Silva. Embora o debate continuasse a ser aberto e vivo, apontando para focos de divergências em certas áreas, ninguém apresentou listas concorrentes para as eleições de quaisquer dos órgãos nacionais do partido³¹. Sem ter de enfrentar oposição interna, Cavaco Silva consolidou uma equipa directiva em volta da sua presidência para transformar o PSD num partido maioritário em Portugal.

POLÍTICA INTERNA: O PSD NO GOVERNO

Durante o último ano do governo minoritário do PSD, o executivo prosseguiu a sua estratégia de procurar acordos pontuais com o PRD e o CDS na Assembleia. Esta relação funcionou razoavelmente bem para o partido governante. Quando necessitavam do apoio do PRD ou do CDS no parlamento, os dirigentes desencadeavam negociações bilaterais para obterem um acordo. Se esses acordos não fossem possíveis, o PSD recorria ao seu estatuto de minoria para se queixar da oposição hostil, que não permitia ao executivo governar bem. A opinião pública analisava os acontecimentos como se Cavaco se envolvesse em conversações directas com a oposição para realizar o seu programa; os partidos da oposição eram quem dava provas de falta de cooperação.

Embora o primeiro-ministro conseguisse um voto de confiança no fim de Junho de 1986, continuavam a surgir problemas na aprovação de leis importantes dentro da Assembleia. Os socialistas e os comunistas colaboravam entre si para bloquearem a legislação governamental. A sobrevivência do governo minoritário do PSD dependia dos seus aliados no parlamento. A disponibilidade do governo em negociar com o CDS e o PRD tinha os seus benefícios. A Assembleia aceitou o seu programa parlamentar e «aprovou o orçamento na generalidade». Contudo, as grandes opções do Plano do PSD,

³¹ A Comissão Política Nacional era composta pelo seu presidente, Cavaco Silva, pelos vice-presidentes, Eurico de Melo, Correia Afonso, Fernando Nogueira, António Capucho, Carlos Brito e Victor Crespo, pelo secretário-geral, Dias Loureiro, e pelos vogais Leonor Beleza, Luís Marques Mendes, José Oliveira e Costa, Pedro Santana Lopes, Mendes Bota, Pereira Lopes, Rui Almeida Mendes, Silva Peneda, Rui Carp e Nuno Morais Sarmento.

mais importantes, não passaram por falta de apoio do PRD³². Isto representou uma meia derrota para o governo do PSD.

Antes da votação houve quem especulasse que o primeiro-ministro estava numa boa posição para provocar uma ruptura na Assembleia e obrigar o Presidente a convocar eleições antecipadas. No entanto, Cavaco Silva apercebeu-se de que o povo português tão cedo não queria ouvir falar de eleições³³. O líder do PSD não pretendia pôr em risco a sua popularidade cada vez maior — mesmo que pudesse atribuir à oposição a responsabilidade pela queda do seu governo.

Naquele momento nem o governo nem a oposição queriam provocar uma crise política. Esta realidade garantia um certo grau de estabilidade, pelo menos a curto prazo. No fim de contas, a oposição não estava em condições de competir em eleições antecipadas. Vítor Constâncio fora escolhido recentemente como líder dos socialistas e o partido passava por uma rigorosa renovação das suas estruturas internas e organização. O PS queria fortalecer a sua imagem como alternativa de governo ao PSD. Se houvesse eleições, uma maioria para o PSD impediria o acesso do PS ao governo por mais quatro anos.

O CDS também não estava interessado em eleições antecipadas. Este pequeno partido de direita encontrava-se numa posição cada vez mais marginal na política nacional. Sofrera uma série de reveses políticos: a derrota de Freitas na eleição presidencial, uma série de mudanças na liderança e uma base de apoio nacional cada vez mais exígua. Receava que uma corrida eleitoral antecipada desse ao PSD a maioria desejada. Os dirigentes partidários também sabiam que o PSD captaria mais votos à direita, mas apenas à custa do CDS.

O PRD também queria protelar a dissolução da Assembleia. Este partido recém-chegado à política portuguesa tivera uma atitude ambígua na Assembleia e os seus dirigentes apresentavam-se divididos e fracos. Como não possuía uma estrutura implantada a nível nacional, o partido via a garantia do seu futuro político na perpetuação da Assembleia onde já obtivera assento. A aversão do novo partido a eleições antecipadas reforçou-se quando as sondagens revelaram que os seus apoiantes estavam reduzidos a quase 50% num período de menos de um ano. Os problemas internos complicaram-

³² A Assembleia aprovou o programa em 20 de Novembro de 1986 e o Orçamento em 23 de Novembro de 1986; as grandes opções foram chumbadas em 12 de Novembro de 1986.

³³ Foram publicadas várias sondagens de opinião em Outubro de 1986, um ano depois da vitória legislativa do PSD. Segundo uma delas, no *Tempo* (9 de Outubro de 1986), a popularidade do PSD subira para 35,6%, o PS também progredira, com um resultado de 24,8%, enquanto o CDS se mantinha numa posição relativamente constante (9,8%) e o PRD baixava para os 9,2%.

-se quando Eanes assumiu a liderança, que recebeu de Hermínio Martinho, em Outubro de 1986.

O governo do PSD reafirmou a sua intenção de continuar a governar e não dar demasiado significado à derrota do Plano. Mais uma vez, os seus dirigentes responsabilizaram a oposição pelo futuro do governo³⁴. O partido optou por manter-se no governo, mesmo que tivesse de sofrer alguns reveses legislativos. A sua popularidade nacional nunca fora tão grande e o governo era beneficiado por condições económicas relativamente favoráveis. E, o que era mais importante, as relações entre o Presidente e o primeiro-ministro prosseguiram o seu curso harmonioso. Soares queria reforçar a sua imagem como árbitro não partidário da política portuguesa. Não criava conflitos com o primeiro-ministro e exercia os seus poderes dentro dos limites constitucionais. Até ajudou a estabilizar as relações entre o governo e a Assembleia. Apesar do aumento das tensões interpartidárias na legislatura, Cavaco Silva reconhecia que só o Presidente tinha o direito de dissolver a Assembleia. O primeiro-ministro estava disposto a esperar.

POLÍTICA INTERNA: A DEMISSÃO DO GOVERNO PSD

As relações entre o PSD e o PRD começaram a azedar-se pouco depois de o PRD ter rejeitado o Plano do governo. A opinião pública portuguesa via este partido como fonte temporária de estabilidade na Assembleia. Mas o seu objectivo era aliar-se ao PS e ao PCP como alternativa ao governo do PSD na eventualidade de eleições antecipadas. Esta estratégia tornou-se óbvia para o PSD depois de uma série de votações na Assembleia em Novembro de 1986. O PRD estava abertamente ao lado dos socialistas e dos comunistas na sua luta para se tornar o líder da esquerda.

Com poucas perspectivas de aumentar o seu capital eleitoral numa futura eleição legislativa, o PRD queria afirmar a limitada influência política que detinha na Assembleia. Foi assim que apresentou uma moção de censura contra o governo de Cavaco em 23 de Março de 1987. A moção teria sido supostamente provocada por uma polémica em volta do cancelamento pelo governo da visita de uma delegação parlamentar à União Soviética por incluir uma escala na Estónia³⁵.

³⁴ Comunicado da reunião da Comissão Política Nacional do PSD de 24 de Novembro de 1986 (Serviços de Documentação do PSD).

³⁵ V. «Declarações do secretário-geral do PSD no final da CPN» de 18 de Março de 1987, em que a direcção do partido apoiou a decisão do governo de o grupo parlamentar não visitar a Estónia; v. também *Expresso* de 4 de Abril de 1987 e *Diário de Notícias* de 3 de Abril de 1987.

O PRD via-se a braços com divergências internas e os dirigentes viram na convocação de eleições antecipadas a única forma de o partido sobreviver. Entalado entre um PSD vigoroso e um PS enfraquecido, escolhera aquele momento para afirmar a sua posição como líder da esquerda democrática. Os seus dirigentes sabiam que, provavelmente, sofreriam um significativo recuo em termos de apoio eleitoral e optaram por minimizar os prejuízos, antecipando-os. Se esperassem mais uns meses pela queda do governo, talvez já não tivessem ao seu alcance a hipótese de ultrapassarem o PS como partido líder da esquerda. E, o que seria mais trágico para os seus membros, o PRD arriscar-se-ia a desaparecer da cena política tão depressa como emergira.

Eanes tinha de contrariar rapidamente as críticas que acusavam o seu partido de desencadear a crise. Sabia que os Portugueses não queriam eleições antecipadas e, pelo seu lado, não desejava que o PRD fosse penalizado eleitoralmente por provocar a demissão do governo. O ex-presidente comentou na televisão que o objectivo da moção «não era derrotar o governo, mas clarificar a oposição, saber qual é a posição de cada um em relação ao governo»³⁶. O PRD queria pôr à prova a intenção declarada pelos socialistas de não votarem a favor de uma moção de censura apresentada por qualquer outro partido. Se os socialistas votassem contra a censura, o PRD podia acusá-los de apoiarem a direita. Então o partido de Eanes podia facilmente chamar a si o papel de verdadeiro líder da oposição de esquerda.

Os socialistas classificaram a moção do PRD como uma «iniciativa ridícula, verdadeiramente provocadora e incrível»³⁷. No entanto, Constâncio, o líder do PS, viu nela a oportunidade para abrir maior campo de manobra ao seu partido em relação ao governo. Informou Cavaco Silva de que o PS apoiaria a moção se o governo se recusasse a rever o seu programa. Em resposta, o PSD considerou que o PS propunha mudanças «não muito sérias» e recusou-se a negociar qualquer das condições. Constâncio serviu-se da recusa do PSD à sua proposta como de um trunfo táctico para responsabilizar a arrogância do governo, e não os que votavam contra ele, pela sua demissão. Apesar da atitude agressiva de Constâncio em relação ao governo, o Partido Socialista dividiu-se em volta da votação da moção. Depois da votação, um dirigente socialista comentou que apoiar a moção de censura era «o maior erro que o PS podia ter cometido»³⁸.

³⁶ Citação retirada do discurso de Cavaco na reunião do Conselho Nacional de 5 de Abril de 1987 (Serviços de Documentação do PSD).

³⁷ *Acção Socialista* de 26 de Março de 1987.

³⁸ Sobre as relações PS-PSD, v. *Expresso* de 5 de Abril de 1987, *O Jornal* de 3 de Abril de 1987, *Comércio do Porto* de 6 de Abril de 1987, *Diário de Notícias* de 6 de Abril de 1987 e *O Jornal* de 10 de Abril de 1987.

Cavaco Silva e o PSD consideraram a moção do PRD «um jogo político contra o interesse nacional»³⁹. Se o governo caísse, o primeiro-ministro defenderia eleições antecipadas. O PSD apercebeu-se de que estava numa posição privilegiada: o PS ainda tinha de consolidar a sua nova direcção; o PRD não tinha um programa claramente definido nem uma base social de apoio sólida; o CDS não estava em posição de disputar a direita, com um PSD forte por perto. A eventualidade de eleições antecipadas estava há muito na mente dos dirigentes do partido. Depois de o PRD apresentar a moção de censura, Cavaco Silva, na posição de vítima, estava mais do que disposto a esperar para ver o resultado da votação. Queria fazer do PSD o partido dominante da direita e centro nacionais nas eleições seguintes. Via essas novas eleições como a oportunidade perfeita para reforçar a base de apoio nacional do partido.

O debate parlamentar sobre a moção de censura começou em 2 de Abril de 1987. A votação fez-se no dia seguinte, com 134 votos a favor (PS, PCP e PRD), 108 contra (PSD e CDS) e uma abstenção (PPM). Ironicamente, durante o debate de dois dias, a questão da Estónia mal foi aflorada, embora tivesse sido apresentada como pretexto para a moção. De facto, a maior parte dos partidos puseram de lado as questões de política externa e concentraram-se nos temas da política e economia nacionais. Embora o sucesso da moção pusesse em questão o futuro do governo PSD, o partido considerou a sua aprovação «um maná dos céus»⁴⁰. O PSD fez pressão para novas eleições, concluindo que «qualquer outra solução seria politicamente ilegítima»⁴¹. Todos os olhos estavam postos no presidente Soares, na expectativa de verem como tencionava resolver a crise que se delineava na Assembleia.

POLÍTICA INTERNA: A DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA

Os poderes constitucionais de Soares não o obrigavam a dissolver a Assembleia quando a moção de censura foi aprovada. O presidente estava no Brasil, em visita oficial de Estado, durante o debate na Assembleia. Em conversas telefónicas com Constâncio, tentou convencê-lo a não apoiar a moção do PRD. Não queria dar à direcção do PS a impressão de que con-

³⁹ Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD de 27 de Março de 1987 (Serviços de Documentação do PSD); v. também entrevista a Cavaco de José António Saraiva no *Expresso* de 28 de Março de 1987.

⁴⁰ *Semanário* de 28 de Março de 1987; também o comunicado da reunião da Comissão Política Nacional do PSD de 5 de Abril de 1987, especialmente a intervenção de Cavaco (Serviços de Documentação do PSD).

⁴¹ Comentários do secretário-geral, Dias Loureiro, na reunião da Comissão Política de 5 de Abril de 1987 (Serviços de Documentação do PSD).

sentiria na formação de um governo PS-PRD-PCP se Cavaco perdesse o poder. Não estava próximo da equipa de Constâncio no PS e, como presidente «socialista», não queria ficar implicado (ou ser responsabilizado) por um possível desaire socialista no governo. Acima de tudo, sabia que o eleitorado estava desencantado com o PRD. Se decidisse dissolver a Assembleia, podia assestar o golpe final no futuro político do seu inimigo político de longa data, Eanes. Antes de tomar uma decisão, Soares declarou, ainda no Brasil, que a queda do governo não afectaria o normal funcionamento das instituições portuguesas. Como presidente, o seu dever constitucional era garantir tal coisa, e assim seria.

O Presidente tinha de preservar o seu papel não partidário como árbitro das relações entre o executivo e o parlamento. Apesar de todos os factores partidários, pessoais e constitucionais em causa, tinha várias opções à escolha, uma vez caído o governo. Em primeiro lugar, podia ter pedido ao PSD que nomeasse outro governo minoritário. Isto era improvável, visto que o PSD considerava essa possibilidade um «acto de fraude política».

Em segundo lugar, podia ter nomeado um governo minoritário do PS. Esta era uma opção duvidosa, visto que o PSD e o CDS a rejeitariam e o PRD só cooperaria nas condições que enumerara publicamente. Soares também não queria dar a impressão de tomar decisões ditadas por interesses partidários, embora não nutrisse um particular afecto por Constâncio.

Em terceiro lugar, podia ter pedido ao PS e ao PRD que formassem governo. Isto traria de volta à cena política o PCP, visto que seriam necessários os votos comunistas para apoiar a nova coligação. Soares pesou cautelosamente a possibilidade de permitir ao PRD a entrada no governo. Como partido de poder, a institucionalização do PRD ficaria consumada. Este era um benefício que Soares não estava disposto a conceder a Eanes.

Finalmente, tinha a opção de convocar eleições antecipadas. Ao dissolver a Assembleia, demonstrava o seu respeito pelo governo parlamentar e evitava qualquer conflito entre os órgãos de soberania nacionais⁴². Sabia que o PRD era uma formação política fraca e queria servir-se das eleições para destruir Eanes e o seu partido.

Consultou o Conselho de Estado e, por fim, decidiu convocar eleições antecipadas⁴³. Ao dissolver a Assembleia, sabia muito bem que Cavaco Silva iria obter uma esmagadora vitória eleitoral. O povo português não compreendera nem aceitara a moção de censura do PRD. Se a campanha eleitoral de

⁴² Entrevista de Soares na *Grande Reportagem* (Dezembro de 1989/Março de 1990) e *Expresso* de 4 de Abril de 1987.

⁴³ Sobre a reunião com o Conselho de Estado, v. *Diário de Notícias* de 23 de Abril de 1987. Para informação sobre a decisão presidencial de dissolver a Assembleia, v. *Diário de Lisboa* de 7 de Abril de 1987 e *Expresso* de 4 de Abril de 1987.

Cavaco Silva se concentrasse na necessidade de uma maioria para governar eficazmente, o povo estaria disposto a conceder-lha. Farto de instabilidade, de intrigas e da ineficácia da política portuguesa, veria na imagem forte e na competência de Cavaco Silva uma boa aposta. A coabitação pacífica de Soares com Cavaco Silva contribuiu para a vitória eleitoral do PSD. Cavaco Silva retribuiu o favor, ajudando o Presidente a infligir uma derrota retumbante a Eanes e ao PRD⁴⁴.

III. A VITÓRIA ELEITORAL DO PSD EM 1987

POLÍTICA INTERNA: A CAMPANHA ELEITORAL

Entre 1975 e 1987 o povo português participara em seis disputas eleitorais legislativas. Quando teve de votar mais uma vez em Julho de 1987, a população já dava provas de impaciência. Exigia o fim da instabilidade política. Cavaco Silva estava sintonizado com esse desejo e prometeu estabilidade e eficácia política. Em troca, o eleitorado tinha de lhe dar uma maioria para poder trabalhar com a Assembleia. Em 1987 uma constelação de factores fez da luta eleitoral uma vitória garantida para o PSD. Durante os últimos dois anos no desempenho do cargo, Cavaco Silva e o seu governo tinham gozado dos benefícios de uma melhoria na situação económica internacional que favorecia a situação económica interna em Portugal. As acções concretas e o pragmatismo do seu governo na modernização do país através de reformas estruturais tinham ganho a confiança de um povo acostumado ao imobilismo governamental.

A nível pessoal, Cavaco Silva apresentava uma imagem firme de um primeiro-ministro que dominava a situação, informado por valores morais e integridade pessoal, respeitador do Presidente e disposto a correr os riscos necessários para governar bem Portugal. O facto de o PSD se preparar para disputar as eleições de 1987 contra uma oposição ineficaz, dividida em facções, desacreditada e fraca, ainda reforçava mais as hipóteses do partido de conseguir a maioria parlamentar a que há tanto aspirava.

Os dirigentes aplicaram-se a conquistar o apoio daquele fracção do centro/centro-esquerda que votara em Soares nas eleições presidenciais de 1986. O PSD necessitava desses votos para garantir uma maioria. Muitos dos dirigentes também compreenderam que, com Soares na presidência — e dada a coabitação pacífica entre os dirigentes nacionais — o partido tinha mais hipóteses de ganhar esses votos. Cavaco Silva iniciou a «abertura à esquer-

da» do partido e obteve o apoio de alguns intelectuais destacados do «Grupo da Esquerda Liberal»⁴⁵.

RELAÇÕES INTRAPARTIDÁRIAS: ESTRATÉGIAS DE ALIANÇA

O CDS contactou imediatamente o PSD para negociar listas conjuntas na eventualidade de eleições antecipadas. Chegar a um acordo pré-eleitoral com o PSD parecia a forma perfeita de o CDS emergir do seu gueto político e acabar com a sua marginalização na política portuguesa. Em breve se gora-ram quaisquer aspirações deste partido a aliar-se com o PSD antes das eleições. A direcção social-democrata rejeitou uma coligação pré-eleitoral com o CDS⁴⁶. O PSD queria prosseguir a sua «vocação maioritária».

Além disso, Cavaco Silva não se via como líder da direita⁴⁷. Nessa altura concentrava-se em atrair o apoio da «esquerda moderada». Para tal tinha de realizar o seu projecto ao centro, e não dentro do clássico enquadramento de bipolarização. Confiante em que o seu partido ganharia as eleições, Cavaco preferiu formar um governo homogéneo, liberto de acordos pré-eleitorais.

O sistema partidário flutuante forçou o PSD a desenvolver uma estratégia que permitisse fácil capacidade de manobra à esquerda e à direita em 1987. Os estrategos da campanha do PSD desenvolveram um plano em que o partido dava realce à sua esquerda como forma elementar de fazer aumentar o apoio eleitoral do centro. O próprio Cavaco Silva invocou o discurso da esquerda e incluiu «independentes de esquerda» nas listas eleitorais. O partido deu menos atenção à sua direita porque já dominava essa parte do espectro político. A fraqueza do CDS e a forte imagem de Cavaco como líder da direita eram suficientes para obter votos nessa área.

Um elemento importante da campanha era a valorização dos êxitos do anterior governo. Não foi uma campanha com base na ideologia. Pelo contrário, o partido dava ênfase à governabilidade e à administração no seu apelo ao apoio do eleitorado. Sem dúvida, a figura de Cavaco Silva tornou-se o foco central da campanha. O PSD apresentava-o como um homem de Estado acima dos jogos políticos dos partidos que tinham desestabilizado as instituições democráticas em Portugal num passado não muito distante. Punha em destaque as relações harmoniosas entre Soares e Cavaco Silva

⁴⁵ V. o documento «Manifesto de apoio a uma maioria» elaborado por uma equipa de colaboradores próxima de Cavaco (Serviços de Documentação do PSD e notícias no *Primeiro de Janeiro* de 19 de Fevereiro de 1987).

⁴⁶ V. a cobertura da imprensa à reunião do Conselho Nacional de 17 de Maio de 1987 e as cópias dos discursos nos Serviços de Documentação do PSD.

⁴⁷ Comentários à entrevista com Cavaco Silva de 12 de Maio de 1990, Lisboa.

como reflexo do respeito do PSD pela democracia portuguesa. Os estrategos também se aperceberam de que os Portugueses não gostam de dar todo o poder a um só partido. Afirmaram a ideia de que, com Soares como presidente e a maioria do PSD na Assembleia, estaria garantido o equilíbrio do sistema.

O objectivo do PSD nas eleições de 1987 era obter uma maioria parlamentar; isto traduzia-se em conseguir, pelo menos, 43% da votação e receber 125 assentos na Assembleia. Um mês antes das eleições 60% dos entrevistados numa sondagem nacional consideraram altamente improvável a possibilidade de um partido obter a maioria. No entanto, o PSD manteve-se confiante, apesar da dificuldade de tal ser conseguido num sistema eleitoral de representação proporcional segundo o método de Hondt. Antes do início da campanha, o partido contava com cerca de 24,8% dos votos com base em sondagens próprias. Os estrategos queriam obter o apoio do eleitorado que votara PRD em 1985 por estar insatisfeito com a alternativa socialista. Em 1987 o PSD procurou captar ao PRD essa votação «transitória». O êxito em garantir essa base de apoio ajuda a compreender por que razão a votação no PRD se desintegrou de repente.

SISTEMA POLÍTICO NACIONAL: AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA EM 1987⁴⁸

O PSD obteve uma notável vitória política em Julho de 1987. Pela primeira vez na história do Portugal pós-autoritário um partido político obtinha mais de 50% da votação nacional — e esse partido vinha da direita. A maioria do PSD foi constituída pela sua base eleitoral (cerca de 30%) e por votos dos antigos apoiantes do CDS, PRD e comunistas. Os socialistas alargaram a sua base de apoio, voltando a atrair eleitores que tinham votado PRD. O quadro n.º 3 compara os resultados das eleições legislativas de 1987 com os de 1985.

O desempenho do PSD na eleições de 1987 conferiu a Cavaco Silva uma vitória retumbante, como nunca se vira. Para apreciar a magnitude do triunfo deste partido, considere-se que a votação mais alta obtida por qualquer partido nas seis eleições desde 1975 era de 38% (o PS em 1975). Antes de 1987 a votação mais elevada do PSD fora de 30% (em 1985). Cavaco Silva e o seu partido sozinhos receberam mais votos do que os obtidos pela Aliança Democrática numa coligação de três partidos (43% em 1979 e 45% em 1980).

996 ⁴⁸ V. Tom Gallagher, «Good-bye to revolution: the Portuguese election of July 1987», in *West European Politics*, 2, Janeiro de 1988, 139-145.

Eleições legislativas de 1987

[QUADRO N.º 3]

Partido/coligação	Percentagem de votos em 1987	Lugares em 1987	Percentagem de votos em 1985	Lugares em 1985
CDU	12,14	31	15,49	38
CDS	4,44	4	9,96	22
PRD	4,91	7	17,92	45
PSD	50,22	148	29,87	88
PS	22,24	60	20,77	57
Outros	3,87	—	3,49	—

Não se pode analisar a vitória do PSD apenas em termos de esquerda contra direita. A votação neste partido foi contra a instabilidade governamental e um apoio à modernização, à garantia de segurança e ao carisma de Cavaco. Um dos analistas considerou os resultados um plebiscito ao desempenho do PSD no governo minoritário. Outro afirmou que o âmbito da vitória do PSD significava que um número significativo de eleitores portugueses — mais de um milhão — não vota por motivação ideológica. Estes eleitores flutuantes, ao fazerem a sua opção de voto, têm em conta as alternativas concretas que lhes são oferecidas, e não as filiações partidárias. Era evidente que o PSD capitalizara ao atrair esses votos.

O PSD recebeu apoio proveniente de todos os outros partidos portugueses. Até o voto dos comunistas se dividiu em Setúbal, Évora e Beja. Obteve vitórias em zonas onde os comunistas detinham a presidência da câmara municipal. Também alargou a sua base eleitoral nas áreas urbanas de Lisboa e Porto. A extensão inesperada da vitória do PSD surpreendeu os militantes, os directores de campanha e a população em geral. Houve quem caracterizasse a votação nos sociais-democratas em 1987 como um «voto livre», destinado a penalizar e compensar o recente comportamento político de certos protagonistas.

Se os êxitos do PSD foram tão louváveis, que dizer da oposição? Desde as últimas eleições legislativas em 1985, os socialistas tinham passado por uma traumática luta pela liderança, quando Mário Soares se demitira do seu cargo para assumir a presidência. No espaço de dois anos, o novo dirigente socialista, Vítor Constâncio, conseguiu uma melhoria nos resultados eleitorais do partido. Considerando as circunstâncias, o PS aguentou-se bem; o apoio nacional aos socialistas cresceu ligeiramente (pouco mais de 1%). O mais importante foi que — especialmente tendo em conta futuras disputas — a votação no PS a nível distrital teve uma flutuação inferior a 5 pontos percentuais em qualquer dos sentidos. Isto significava que a votação no partido continuava relativamente estável, sem perdas para o PSD.

Dados os resultados eleitorais do PRD e do PCP, os socialistas surgiram como o partido dominante na oposição de esquerda. Em termos de dinâmica partidária interna, este respeitável desempenho ajudou Constâncio a consolidar a sua liderança. O futuro do PS (e de Constâncio) dependia do seu papel como líder da oposição, do sucesso do programa de reorganização nacional do partido e da sua capacidade para se apresentar como alternativa competente e viável ao governo do PSD. Os socialistas tinham, pelo menos, quatro anos de oposição para planificarem um regresso político em 1991.

À esquerda do PS, o apoio nacional ao PCP desceu ao seu nível mais baixo — uns magros 12% do total dos votos. O facto de o dirigente comunista Cunhal perder votação principalmente para o PSD — e não para o PS — tornou a sua derrota particularmente amarga. Durante o discurso da noite das eleições não fez a sua habitual declaração magnânima de felicitações e desejo de cooperação. Pelo contrário, assumiu a postura de velho dirigente estalinista, censurando Soares por ajudar Cavaco a obter uma vitória tão retumbante. Não hesitou em acusar o governo de manipulação dos meios de comunicação durante a campanha. Era uma irónica troca de papéis, depois de os comunistas terem utilizado e dominado os meios de informação nos primeiros anos da revolução. Para ele e para o seu partido, os resultados eleitorais eram «uma derrota para a democracia»!

O grande perdedor da eleição de 1987 foi o PRD. O partido que se catapultara para a cena política portuguesa dois anos antes, com 18% dos votos, sofreu uma derrota tão severa que o seu futuro passava a ser muito duvidoso. Dois anos depois daquele extraordinário combate eleitoral, o PRD só conseguira reunir 5% da votação nacional. O rápido declínio do partido pode ser explicado por vários factores. Os seus antigos apoiantes podem ter penalizado o partido por o considerarem culpado da demissão do governo minoritário de Cavaco. Além disso, alguns dos «votos transferíveis» que tinham ido para o PRD em 1985 deslocaram-se rapidamente para o PSD em 1987. O comportamento fraco e ambíguo do partido na Assembleia não reforçara o seu potencial eleitoral.

Sobretudo faltava-lhe uma estrutura e organização partidária implantada a nível nacional em que pudesse apoiar-se para reunir apoios nos vários distritos. Mesmo o facto de Eanes ter assumido a direcção do partido não jogou a favor das suas oportunidades de voto. De facto, o futuro político do PRD continuava em questão. Era de duvidar que o general continuasse à frente de uma organização política deficitária que, sem ele, não tinha qualquer significado real. Os resultados eleitorais de 1987 assinalariam o fim do «eanismo» nas suas dimensões sociológicas e políticas? O desgosto de Eanes pela derrota foi tal que, depois de aceitar a responsabilidade pessoal pelo desaire do PRD na noite das eleições, foi submetido a uma operação de urgência a uma apendicite aguda.

Outro perdedor nas eleições de 1987 foi o CDS. A sua percentagem da votação nacional diminuiu mais de 5% — de quase 10% para pouco mais de 4%. Muitos dos apoiantes tradicionais do CDS escolheram o PSD por causa do «voto útil»; os resultados confirmaram os piores receios do CDS: o partido continuava à direita, com um PSD hegemónico muito próximo, fazendo progressivas incursões no seu eleitorado e sem necessidade do seu apoio na Assembleia. Foi neste contexto que o dirigente Adriano Moreira considerou a maioria de Cavaco um «terramoto eleitoral» e o desempenho do seu partido um «desastre político». O único consolo do CDS foi ter obtido melhores resultados nas eleições para o Parlamento Europeu.

Os resultados das eleições de 1987 devem ter provocado sentimentos contraditórios no presidente Soares. Deve ter-lhe agradado assistir à humilhante derrota do seu inimigo principal, Eanes e o PRD. No Palácio de Belém terá ficado especialmente aliviado pelo rápido declínio de um partido político organizado especificamente para o derrotar e destruir o seu partido. Embora previsse que o PSD garantiria um primeiro lugar em 1987, nunca terá imaginado que este partido tivesse tanto poder. No seu discurso na véspera das eleições Soares apresentou duas mensagens. Disse à oposição: «O papel da oposição numa democracia é controlar o poder do governo e construir, dentro de limites razoáveis, alternativas credíveis. A oposição terá a obrigação de se preparar para ser alternativa coerente em futuras eleições.» Aos vencedores disse: «Quem ganhar terá a obrigação de tentar elaborar soluções governativas estáveis, sem esquecer que numa democracia o poder é sempre temporário, limitado e partilhado⁴⁹.» Soares estava interessado em manter uma relação consensual com o primeiro-ministro.

POLÍTICA INTERNA: AS IMPLICAÇÕES DAS ELEIÇÕES

As eleições de 1987 foram um momento histórico na trajectória pós-autoritária de Portugal. Pela primeira vez desde a revolução de 1974 um partido político obtinha o apoio maioritário do país. O factor mais importante era que esse partido vinha da direita. Poucos partidos políticos na história da Europa ocidental do pós-guerra podem gabar-se de tal façanha. Embora fosse grande a extensão da vitória do PSD, seria assim tão surpreendente? Este artigo tem analisado a forma como uma constelação de factores, quer a nível nacional, quer a nível do sistema partidário, se revelou decisiva para proporcionar ao PSD a sua histórica vitória. Mas também a economia tem muito a ver com o seu triunfo, visto que Cavaco Silva surgiu como dirigente nacional numa altura em que a economia do país estava claramente em ascensão.

⁴⁹ Discurso de Soares em 19 de Julho de 1987 ao país, na noite anterior às eleições (Serviços de Documentação do PSD).

As realidades do contexto internacional do desenvolvimento económico tiveram os seus efeitos na recuperação há muito aguardada da economia portuguesa. A baixa do dólar ajudou o governo a fazer frente à dívida externa de 17 mil milhões de dólares e reduziu de 40% o custo das importações alimentares da América do Norte. Nessa altura Portugal também começou a receber os benefícios da sua adesão à Comunidade Europeia, ao obter a concessão de 213 milhões de dólares do orçamento europeu. O país teve em 1986 um excedente na balança de pagamentos de 1,1 mil milhões de dólares. A inflação descera para 12% — comparados com 30% três anos antes — e previa-se que descesse para 8% em 1987. As expectativas quanto ao crescimento económico estavam calculadas em mais de 4% em 1987, o que ficava bastante acima da média do resto da Europa ocidental. O investimento mais do que duplicara na primeira metade de 1987, se comparado com o mesmo período de 1986. Um aspecto que ainda necessitava de alguma atenção era o défice orçamental de 1986, de 3,13 mil milhões de dólares — um total equivalente a 9% do produto nacional bruto⁵⁰. A maioria governativa aprovaria o orçamento proposto por Cavaco Silva (orientado para atacar o défice, como tinha querido fazer em 1985) sem ter de ceder a nenhuma exigência de revisão por parte da oposição.

Cavaco Silva beneficiou de mais duas vantagens na disputa de 1987: a natureza da oposição e as suas relações com Soares. O líder do PSD enfrentava uma oposição que constituía fraca ameaça para a perceptível invencibilidade do seu partido. A maior parte dos partidos haviam eleito recentemente novas direcções e poucos eram os que tinham estratégias claramente definidas a contrapor aos avanços eleitorais do PSD. As forças da oposição estavam divididas internamente. Ficaram ainda mais enfraquecidas pela sua incapacidade para encontrarem terrenos comuns em volta dos quais pudessem unir as suas fracas forças para negarem ao PSD uma maioria parlamentar. Cavaco Silva censurou a oposição de forma convincente por prejudicar os seus planos de modernização do país e isso reforçou a posição do PSD nas eleições.

As relações harmoniosas entre o primeiro-ministro e o Presidente depois da eleição de Soares, em Fevereiro de 1986, confirmaram a imagem de Cavaco como líder competente⁵¹. Cavaco sabia que Soares não colocaria obstáculos de maior ao seu governo. O presidente recém-eleito estava mais interessado em melhorar a imagem presidencial⁵². Ao contrário do seu an-

⁵⁰ *Tempo* de 14 de Agosto de 1987, *Diário de Notícias* de 18 de Agosto de 1987 e *Time* de 3 de Agosto de 1987.

⁵¹ *Expresso* de 28 de Março de 1987 e *Diário de Notícias* de 16 de Março de 1986.

⁵² Intervenção de Cavaco durante a reunião do Conselho Nacional de 15 de Março de 1986 analisando as implicações da eleição de Soares (Serviços de Documentação do PSD).

tecessor, Eanes, Soares reconheceu que a coabitação era mais um problema de responsabilidade do que de equilíbrio do poder. O PSD aceitou realisticamente a necessidade de o governo trabalhar com Soares, num «espírito de lealdade e cooperação». O governo informava o Presidente dos seus actos e ouvia as suas opiniões de boa vontade. Cavaco Silva e Soares tinham decidido, era óbvio, não continuar a guerra entre os seus órgãos de soberania, como fora de regra no passado recente. Em vez disso, aperceberam-se de que as relações de cooperação entre si contribuiriam para a estabilidade política do país e para a consolidação da incipiente democracia.

Talvez a razão fundamental pela qual o PSD obteve uma vitória tão fácil fosse a imagem de Cavaco Silva. Em qualquer outro país poderia parecer trivial uma insistência tão grande no «culto da personalidade». No entanto, em Portugal o carisma e a força dos dirigentes do país sempre foram importantes. É um país em que o mito do «sebastianismo» ainda se mantém — isto é, a esperança de que um dia virá alguém para salvar Portugal da sua situação desesperada, trazendo estabilidade e abundância para o povo. Cavaco Silva era esse alguém em 1987. A forma moderna, eficiente, pragmática e disciplinada como abordava a política agradou aos eleitores portugueses. Acreditaram que seria ele quem modernizaria a economia nacional e estabilizaria as instituições democráticas.

A dinâmica interna do PSD também sofreu uma acalmia enquanto Cavaco se manteve como dirigente do partido. Quando, no Congresso Nacional de 1985, assumiu a liderança, não deixou de ter os seus críticos. No entanto, a sua personalidade forte, eficaz e carismática unificou um partido tradicionalmente atravessado por facções. Como «o mais português» de todos os partidos políticos, o PSD simbolizou muitas das características nacionais. Como o povo português, necessitou de um líder forte para controlar as suas componentes em divergência e enfraquecer a influência dos seus barões. O facto de Cavaco ter conseguido fazer do PSD o partido maioritário em Portugal — e prosseguir o seu acesso ao controle do Estado — deu ainda mais força aos seus esforços para consolidar o poder dentro do partido⁵³.

POLÍTICA INTERNA: O GOVERNO MAIORITÁRIO DO PSD

O primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva dirigiu o 11.º Governo Constitucional ao mesmo tempo que se verificava uma transformação fundamental entre o governo e a oposição. A maioria parlamentar proporcionava-lhe a

⁵³ Segundo estatísticas publicadas na *Sábado* de 25 de Novembro de 1989, em Outubro de 1985, 44% do número total de gestores no sector de transportes e comunicações do Estado eram militantes do PSD. Em Março de 1988 esse número elevava-se a 59%; em Maio de 1989 era superior a 66%.

liberdade de fazer aprovar e aplicar o seu programa sem pressões por parte da oposição. O sistema legislativo nacional estaria limitado apenas pela Constituição. No entanto, como partido dominante na Assembleia, o PSD já não podia atribuir à oposição a responsabilidade pelo possível fracasso da sua política governamental. Cavaco Silva e o seu partido tinham de assumir a total responsabilidade pelo programa de governo na aplicação das grandes reformas económicas, na redução do sector público, no incentivo à iniciativa privada e na revisão das leis da reforma agrária/laboral.

Tornou-se mais difícil do que dantes manter relações positivas com o Presidente. Embora Soares pudesse exercer os seus poderes constitucionais para limitar a autoridade de Cavaco, não podia bloquear a legislação ordinária, porque a maioria do PSD na Assembleia suplantaria facilmente um veto presidencial. Soares concordou em apoiar as revisões constitucionais propostas. Até exprimiu a sua disponibilidade para promulgar as leis do PSD sobre empresas estatais, bem como as relativas ao trabalho e à agricultura, «desde que não sejam consideradas inconstitucionais»⁵⁴. Continuava a ser, obviamente, do interesse de ambos manter relações de cooperação e amizade. A coabitação pacífica contribuiria para a consolidação das instituições democráticas portuguesas.

O primeiro-ministro Cavaco Silva continuava a reconhecer a importância dos outros partidos eleitos para a Assembleia: «A oposição desempenha um papel importante num regime democrático [...] prometo uma atitude de respeito perante ela [...] de forma a iniciar e desenvolver com ela, de boa fé, um diálogo construtivo»⁵⁵. Os comentários de Cavaco Silva destinavam-se especificamente a captar um amplo apoio da oposição na revisão da Constituição. As revisões constitucionais requeriam uma maioria de dois terços para as emendas e o PSD necessitava de apelar à cooperação dos socialistas. Cavaco deu a entender estar disponível para estabelecer um «pacto de regime» com o PS para realizar as revisões planeadas. Os dois partidos concordaram em que Portugal não devia caracterizar-se como encaminhando-se «para a via do socialismo» (artigo 2.º da Constituição). Em troca da sua colaboração relutante, o PS tencionava obter todas as concessões possíveis do governo. Especificamente, os socialistas tinham de impedir Cavaco de forçar a aprovação de uma alteração à lei eleitoral destinada a consolidar a posição já de si predominante do PSD na política nacional.

A histórica vitória eleitoral do PSD em 1987 marcou uma viragem no Portugal revolucionário pós-1974. Mas o verdadeiro contributo do partido para a consolidação da democracia no país estava consubstanciada nos seus planos de revisão da Constituição. A disponibilidade que manifestou para

⁵⁴ Comentários do conselheiro presidencial Alfredo Barroso no *Semanário* de 25 de Junho de 1987, v. também *Diário de Notícias* de 18 de Agosto de 1987.

⁵⁵ Discurso de Cavaco Silva de 17 de Agosto de 1987, reproduzido no *Diário de Notícias* de 18 de Agosto de 1987.

entabular negociações directas com o PS facilitou a revisão constitucional de 1989, levada a bom termo⁵⁶.

Quase quinze anos depois dos dias agitados de Abril de 1974 o PSD e os seus colaboradores na Assembleia produziam um documento constitucional em que se valorizava o desenvolvimento e a modernização de Portugal como um regime democrático empenhado nos princípios da economia de mercado.

IV. O PSD E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Portugal registou progressos significativos no decurso da difícil consolidação democrática. O empenho dos partidos políticos e respectivos dirigentes contribuiu directamente para esse processo. O regime que emergiu em 25 de Abril de 1974 preencheu de facto muitos dos «requisitos» da consolidação democrática: institucionalização das normas e estruturas do regime, a extensão da sua legitimidade e a remoção dos obstáculos que inicialmente tornavam difícil estabelecê-la. Os militares regressaram aos quartéis, as relações entre o Presidente e o primeiro-ministro tornaram-se mais estáveis e a elite política concordou com que a modernização do país dependia do desenvolvimento de um regime de economia liberal.

O êxito da democratização portuguesa não pode atribuir-se a qualquer actor político em especial. Contudo, é inegável que as alianças estratégicas do PSD, quer com o PS, quer com o CDS, contribuíram significativamente para a instituição de um sistema político e sócio-económico semelhante aos dos vizinhos europeus de Portugal. A capacidade do partido para garantir outra maioria legislativa nas eleições legislativas de Outubro de 1991 representou um significativo ponto de viragem na consolidação da democracia portuguesa. Destas eleições emergiu uma visão mais clara do panorama político em Portugal, em termos das relações entre o Presidente e o primeiro-ministro, do desenvolvimento do sistema partidário e do futuro do PSD.

Eleições legislativas de 1991

[QUADRO N.º 4]

Partido	Percentagem de votos
CDS	4,38
PCP	8,84
PS	29,25
PRD	0,61
PSN	1,69
PSD	50,43

⁵⁶ V. a versão de 1989 da Constituição da República Portuguesa (Porto, Porto Editora, 1989), 23-125.

Em termos de desempenho eleitoral, o PSD conseguiu aumentar a sua base de apoio para 50,43% dos votos. Esta foi uma manifestação impressionante da sua capacidade, dadas as previsões e análises catastróficas do futuro do partido no início de 1990. Sofrera uma derrota debilitadora nas eleições locais de 1989 e o rebentar de escândalos de corrupção em alguns ministérios reflectiu-se negativamente na imagem do primeiro-ministro. Boatos provenientes de muitos círculos políticos faziam correr a ideia de que Cavaco Silva tinha os dias contados. Partia-se do princípio de que, se não fosse a concorrência interna no partido a afastar o primeiro-ministro, então o eleitorado fá-lo-ia por certo. Cavaco suportou com êxito o peso da liderança, o desgaste do poder.

A formação de um sistema bipartidário imperfeito em Portugal leva o eleitorado a apoiar um dos dois maiores partidos. Esta transformação do sistema partidário garantirá uma transição pacífica do poder em futuros combates eleitorais e o desenvolvimento de uma oposição leal e responsável. Os resultados das eleições legislativas de Outubro de 1995 marcaram o fim da posição hegemónica do PSD na política portuguesa.

Eleições legislativas de 1995

[QUADRO N.º 5]

Partido	Percentagem de votos
PP	9,05
PCP	8,57
PS	43,76
PSD	34,12

Esta evolução ajuda a estabilizar as relações interpartidárias na cena política e contribui em grande medida para o processo de consolidação democrática. Com a possibilidade de se obterem maiorias estáveis e existindo alternativas de governação viáveis na oposição, muitos dos debates, problemas e incertezas que têm dominado a cena política portuguesa desde 1974 estão agora em vias de resolução. O PS e o PSD deixarão de buscar a derrota um do outro. Pelo contrário, a estabilidade do sistema político dependerá da sobrevivência de ambos os partidos.

V. CONCLUSÃO

1004 A curta história da experiência democrática em Portugal revela que o PSD possuía a vontade e o poder político de se confrontar com as institui-

ções e forças que ameaçavam a incipiente democracia nacional. Conduziu a luta contra a intervenção dos militares na política. As suas elites apelaram aos militares para regressarem aos quartéis — o que acabou por acontecer. O PSD também procurou limitar o poder do presidente de intervir nas questões parlamentares e reforçar um papel de predomínio dos partidos políticos no sistema emergente. Através de sucessivos consensos com outros partidos políticos, o PSD conseguiu esse objectivo na revisão constitucional de 1982. Por fim, este partido obteve o apoio necessário para liberalizar as características socialistas da economia portuguesa na revisão constitucional de 1989. Como partido na oposição, continuará a desempenhar um papel importante na evolução da democracia portuguesa.